

1 **UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO – UGP**
2 **PROJETO PIPIRIPAU – PRODUTOR DE ÁGUA**
3 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
4

5 **Data: 26 de Agosto de 2020**

6 **Local: Aplicativo Teams**

7
8 **PARTICIPANTES:**

9
10 Adasa – Cláudio Odilon da Costa Silva
11 Adasa – Devanir Garcia dos Santos
12 Adasa – Jorge Werneck
13 Adasa – Kelly Cristina Dutra da Silva
14 Adasa – Walter Araujo dos Santos
15 Adasa – Wendel Vanderlei Lopes
16 ANA – Luis Augusto Preto
17 CAESB – Pedro Gomes do Nascimento Junior
18 EMATER/DF – Icléa Almeida Silva
19 EMATER/DF – Priscilla Silva
20 EMATER/DF – Rinaldo Costa
21 Embrapa – Fabiana Aquino
22 Embrapa – Marcos Carolino
23 Embrapa – Suênia Almeida
24 IBRAM/DF – Heloisa
25 IBRAM/DF – Marina Lopes Ribeiro
26 SEAGRI/DF – Mac Souto
27 SEMA/DF – Amanda Meirelles
28 SEMA/DF – Patrícia Valls
29 TNC – André Targa Cavassani
30 UnB – Henrique Chaves
31 UnB – Ricardo de Oliveira Gaspar

32
33 **PAUTA:**

34 **1. Revisão da metodologia de cálculo do phi**
35

36 **DESENVOLVIMENTO:**
37

38 Wendel – Adasa deu início a reunião dando as boas-vindas aos presentes e apresentando a pauta da
39 reunião, que é a alteração da metodologia do cálculo do phi e explicou que seu papel será o de
40 mediação e a explicação sobre a proposta será a cargo do professor Henrique Chaves – UnB.
41 O Henrique Chaves – UnB agradeceu a oportunidade esclareceu que o fator phi também pode ser
42 conhecido como “z” em algumas publicações. Sendo que este é importante para o projeto uma vez
43 que por meio dele é feito o cálculo do Percentual de Abatimento de Erosão (PAE), o qual é utilizado
44 como base de cálculo para o Pagamento pelo Serviço Ambiental nas glebas de Conservação de Solo.
45 O PAE é a relação de abatimento da erosão, que se dá por meio da divisão do abatimento de erosão

46 depois e antes das ações do projeto. É importante ressaltar também que o fator phi ou z se dá da
 47 multiplicação do C, que é dado pelo tipo de cobertura, pelo P, que é dado pelo tipo de manejo adotado
 48 pelas práticas conservacionistas. A Amanda – SEMA/DF perguntou sobre a relação da fórmula do
 49 PAE com a USLE. Deste modo o professor Henrique – UnB esclareceu que a equação da USLE, de
 50 perda de solo se dá pelas seguintes variáveis: $A = R * K * L * S * C * P$. Deste modo, tem-se que ao
 51 fazer a comparação entre as condições após a implementação do projeto (A1) e as condições
 52 anteriores ao projeto (A0) as constantes R, K, L e S se mantem sem variação, fazendo com que
 53 matematicamente essas se anulem, restando somente a multiplicação entre as variáveis C e P que é
 54 igual a Z ou também phi. Resultando na equação do PAE = $100 * (1 - (Z1 / Z0))$. Conforme esquema
 55 abaixo apresentado na reunião:

$$\frac{A_1 = R \cdot K \cdot L \cdot S \cdot (C \cdot P)_1 = Z_1}{A_0 = R \cdot K \cdot L \cdot S \cdot (C \cdot P)_0 = Z_0}$$

$$\boxed{P.A.E. = 100 \left(1 - \frac{Z_1}{Z_0}\right)}$$

56
 57 Em resumo o PAE é resultado de uma simplificação da equação universal de perda de solo.
 58 No edital há uma planilha onde há a descrição do C, P e phi de acordo com a cultura e manejo, com
 59 base nisso foi apresentado pelo Henrique – UnB uma proposta de tabela resumida, com o phi de
 60 acordo com a realidade do Pípiripau, podendo agregar alguns itens que não estão contemplados na
 61 planilha utilizada atualmente. O Devanir e o Jorge, ambos da Adasa questionaram o fato de na tabela
 62 apresentada não ser levado em consideração os fatos C, de cobertura. E Devanir – Adasa comentou
 63 sobre o anseio do grupo em reduzir a tabela e expos que ao seu entendimento isso não se faz
 64 necessário, uma vez que há a possibilidade do enquadramento das culturas omissas na tabela por
 65 aproximação. Com base nisso foi debatido a possibilidade de detalhar mais a planilha, com mais
 66 culturas. O Ricardo – UnB esclareceu que sobre as mudanças solicitadas, foram feitas algumas
 67 reuniões, as quais foram consultadas possibilidades de mudanças, as quais seriam para agregar ao
 68 projeto, para que haja uma demanda menor nos trabalhos, porém caso não seja possível tecnicamente
 69 é totalmente compreensível e ressaltou que se faz necessário uma mudança até mesmo para não
 70 prejudicar o produtor quando houver mudança de cultivo nas propriedades, fato que vez ou outra
 71 ocorre, do pagamento diminuir quando muda-se a cultura e o manejo. A Heloisa – Ibram
 72 complementou que a solicitação se deu devido a alta demanda de trabalho para as comissões de
 73 vistoria e a busca por soluções para otimização das vistorias. e também para o cálculo de pagamento
 74 e expos que pelo que a tabela proposta visa grãos e pastagem, deste modo não atenderia a demanda
 75 do projeto, deste modo questionou sobre a possibilidade de agrupamento de culturas com as
 76 características parecidas para que se tenha uma tabela mais simples, mas sem ignorar os preceitos da
 77 fórmula. O Jorge – Adasa esclareceu alguns aspectos sobre os estudos que são realizados para se
 78 chegar na tabela que está no edital e demonstrou algumas imagens de calhas de Wishmeier na
 79 Embrapa Cerrados e ressaltou a importância de se ter uma metodologia bem definida e transparência.
 80 A Icléa – Emater esclareceu que a tabela do jeito que está atualmente não atende, atualmente há 6
 81 itens que são adaptados de acordo com culturas mais parecidas que constam na tabela, são elas:
 82 pastagem com terraços, eucalipto, maracujá em espaldeira, fruticultura e sistemas agroflorestais e
 83 defendeu que seja feito um ajuste para que a tabela esteja mais próxima da realidade e esclareceu que
 84 até certo período quando ocorria as mudanças nos cultivos era necessário a atuação da Emater para
 85 isso, o que demanda um novo trabalho retirando esforços para os novos PIPs. Rossini – ANA
 86 ressaltou a importância de que se haja melhorias no projeto, corrigindo as falhas e as dificuldades

87 operacionais principalmente no que diz respeito as vistorias presenciais. Devanir – ANA explicou
88 que o pagamento é feito pelos serviços ambientais prestados, deste modo não há penalização pelas
89 mudanças de cultura e pode ver a possibilidade do agrupamento das culturas e esclarecimento no
90 edital sobre as culturas que não estão no edital e vê com preocupação o fato de retirar o C (cobertura)
91 do cálculo, outro fator comentado foi quanto a qualidade dos plantios direto que devem ser melhor
92 estratificados devido ao histórico já apresentado pelos parceiros sobre a execução dos mesmos e
93 devido a importância de se manter a cobertura do solo. O Henrique – UnB agradeceu a fala de todos,
94 será buscado incorporar todas as sugestões para chegar mais próximo de uma proposta perfeita. Foi
95 explicado que o agrupamento já ocorre na planilha original do projeto e deu o exemplo dos grãos e
96 hortaliças. As culturas não contempladas na tabela utilizada atualmente são: pastagem com
97 terraceamento, agroflorestal, eucalipto, capineira, fruticultura, maracujá em espaldeira. Deste modo,
98 o Henrique deu a sugestão que seja acrescentando essas culturas na planilha atual. O Devanir – Adasa
99 deu a sugestão de que seja acrescentado também a classificação de plantio direto de qualidade, para
100 que isso seja mensurado no pagamento. E o Henrique – UnB explicou sobre a importância da
101 implementação de forma correta do plantio direto e deu a sugestão que seja acrescentado o plantio
102 direto insipiente. A Marina – IBRAM explicou que a solicitação da adaptação das planilhas foi feita
103 pelas comissões de vistoria pois haviam chegado no limite da capacidade das equipes realizarem a
104 vistoria in loco, com base nisso começou-se a se pensar na possibilidade de não visitar todas as
105 propriedades fazendo com que surgisse a dificuldade de mensuração do phi nos casos de mudança de
106 cultura. E esclareceu que nesse momento de pandemia se fez necessário a adoção de uma medida
107 temporária para as vistas, mas ainda há problemas a serem sanados, como por exemplo a mudança de
108 cultura em parte da gleba, onde se faz necessário a estimativa da área onde houve a mudança. O
109 Devanir – Adasa sugeriu que ao invés de adicionar as culturas citadas acima, estas sejam somente
110 agrupadas com a já existentes evitando que aumente a tabela, a não ser o caso do plantio direto. E
111 salientou que as vistorias serão feitas de forma parecida com o que vem sendo feito agora, onde o
112 produtor deve prestar a informação, tendo como base o princípio da Receita Federal onde há a
113 penalização, ou desconto no pagamento posterior quando for verificadas divergências no que for
114 declarado. A Icléa – Emater explicou que a necessidade de simplificação da tabela se deu por
115 unanimidade do GT 3, e questionou se não seria o caso de retomar esse assunto para o âmbito do GT
116 para que seja discutido sobre o agrupamento das culturas. O Henrique – UnB expos sobre a
117 necessidade de elaborar uma nova tabela com base nas considerações do grupo. Acerca da
118 classificação do plantio direto o Marco – Embrapa fez a seguinte colocação no chat: “Sugestão para
119 se classificar de forma simples Sistemas Plantio Direto: Além do tempo de implantação, levar em
120 conta também o histórico (quanto mais diversificado, melhor!). Exemplo do que considero do "PIOR"
121 para o "MELHOR": 1) Plantio direto com monocultura de soja e pousio no inverno; 2) Plantio direto
122 de soja com rotação milho e pousio no inverno; 3) Plantio direto com safrinha e 4) plantio direto com
123 Safrinha em sistema de Integração Lavoura Pecuária.” O Henrique - UnB deu a sugestão da
124 elaboração de uma nova tabela partindo da tabela resumida e adicionando as culturas que não são
125 contempladas na atual, com em torno de 20 linhas. O André - TNC deu a sugestão de que sejam feitas
126 simulações acerca das possibilidades de Percentual de Abatimento de Erosão levando em
127 consideração a realidade da bacia e após isso os resultados, ou seja as culturas com seus respectivos
128 manejos sejam agrupados de acordo com as 3 classes de pagamento. A Fabiana – Embrapa questionou
129 se levando em consideração o ponto de vista do produtor rural será mais fácil ter uma tabela mais
130 simples, para que se possa encaixar a atividade do produtor. Foi esclarecido pelo Wendel – Adasa a
131 classificação do pagamento de acordo com o PAE. Quanto a proposta do André, o Henrique – UnB

132 explicou que fica muito complexo fazer as combinações, pois seriam centenas delas, se faz possível
133 fazer um exemplo da metodologia de cálculo na descrição do texto do Edital. Deste modo foi sugerido
134 que seja elaborado uma nova proposta resumida, deixando claro no edital a obrigatoriedade para o
135 produtor rural a declaração das mudanças no uso do solo em sua propriedade. A Heloisa – Ibram
136 explicou acerca do formulário que vem sendo aplicado esse ano e esclareceu que o produtor não
137 visualiza a tabela, ele explica na resposta do formulário de vistoria sobre as mudanças que ocorreram
138 em sua propriedade desde o ano anterior, pois o phi já foi calculado no momento da elaboração do
139 PIP. O Henrique – UnB explicou que pode ser feito uma nova proposta atendendo a todos os anseios
140 do projeto. Sobre a proposta do André foi esclarecido pelo Henrique - UnB que não se faz possível o
141 cálculo do PAE para a classificação pois são várias opções no que diz respeito a cultura inicial e a
142 cultura final. Foi esclarecido pela Marina – IBRAM que em reuniões anteriores já foi aprovado a
143 questão de que seja utilizado o manejo inicial da mesma cultura da cultura final. Porém, o Henrique
144 – UnB descartou a possibilidade da alternativa proposta pelo André de agrupamento dos resultados
145 do PAE não é viável tecnicamente.

146 Com base nas discussões foram estabelecidas duas opções para votação sendo elas: Opção 1- Manter
147 tabela no Edital do modo que está; Opção 2 – Desenvolver nova tabela. Votaram na “Opção 1: Adasa
148 e na “Opção 2”: Emater, Ibram, TNC, Seagri/DF, UnB e SEMA.

149 Foi instituído um Grupo de Trabalho Temporário para discussões acerca de uma nova proposta que
150 será enviada para todos por e-mail. Farão parte desse grupo: Henrique Chaves, Marco Carolino, Jorge,
151 Devanir, Sumar e Ricardo Gaspar.

152 Foi discutido acerca de como seria essa nova tabela, mas foi ressaltado por membros presentes a
153 necessidade da elaboração de uma tabela intermediária que agregue as necessidades dos parceiros. E
154 foi informado pelo Henrique que será elaborado uma nova Tabela A1. Sendo que o prazo para o envio
155 de uma versão aprovada pelo grupo de trabalho deve ser enviado para os membros da UGP até o dia
156 18/09/2020.

157 O Wendel – ADASA encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

158 Para constar, eu, Kelly Cristina Dutra da Silva, lavrei a presente ata para apreciação e aprovação.

159

160 **Kelly Cristina Dutra da Silva**

161 **ADASA**